

PEGAÇÕES E FUGAS DE UM GEÓGRAFO EM DIÁSPORA

CRUISING AND ESCAPE OF A GEOGRAPHER IN DIASPORA

SEXO Y ESCAPES DE UN GEÓGRAFO EN LA DIÁSPORA

Victor Dantas Siqueira Pequeno

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
victorpequenogeo@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8068238340751461>

RESUMO

O principal foco deste artigo consiste em discutir os efeitos de raça e classe em sexualidades dissidentes. Trata-se de um estudo qualitativo-exploratório fundamentado na revisão narrativa e bibliográfica. Argumento que as traduções do norte global importadas pelas Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil desviaram-se do pensamento de feministas negras brasileiras, bem como das experiências de corpos racializados dissidentes de gênero e/ou de sexualidade. Descrevo algumas de minhas experiências sexuais como alternativa para uma escrita corporificada, racializada e de(cu)lonial. Experiências que também são *escrevivências*, conforme aprendi com Conceição Evaristo. Defendo a importância de fomentar e difundir as corpografias das *bixas*-pretas para a transformação do *ethos*, *lógos* e do *tópos* científico-político que ainda persiste branco, classista e por demais colonizado-colonizante.

Palavras-chave: Geografias Feministas; Raça; Corpo; Sexualidade; Homoerotismo.

ABSTRACT

The main focus of this article is to discuss the effects of race and class on dissident sexualities. This is a qualitative-exploratory study based on narrative and bibliographical review. I argue that the translations of the global north imported by Feminist Geographies and Sexualities in Brazil deviated from the thinking of black Brazilian feminists, as well as the experiences of racialized bodies dissenting from gender and/or sexuality. I describe some of my sexual experiences as an alternative to embodied, racialized and *de(cu)lonial* writing. Experiences that are also writing *escrevivências* as I learned with Conceição Evaristo. I defend the importance of promoting and disseminating the corpographies of *bixas*-pretas for the transformation of the *ethos*, *logos* and scientific-political *topos* that still remain white, classist and colonized-colonizing.

Keywords: Feminists Geographies; Race; Body; Sexuality; Homoerotism.

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es discutir los efectos de la raza y la clase en las sexualidades disidentes. Se trata de un estudio cualitativo-exploratorio basado en revisión narrativa y bibliográfica. Sostengo que las traducciones del norte global importadas por

Geografías y sexualidades feministas en Brasil se desviaron del pensamiento de las feministas negras brasileñas, así como de las experiencias de cuerpos racializados que disienten del género y/o la sexualidad. Describí algunas de mis experiencias sexuales como una alternativa a la escritura encarnada, racializada y *de(cu)lonial*. Experiencias que también son *escrevivências* como las que aprendí con Conceição Evaristo. Defiendo la importancia de promover y difundir las corpografías de las *bixas*-negras para la transformación del *ethos*, *logos* y *tópos* científico-políticos que aún siguen siendo blancos, clasistas y colonizados-colonizantes.

Palabras Clave: Geografías Feministas; Raza; Cuerpo; Sexualidad; Homoerotismo.

INTRODUÇÃO

*They just want my love and my energy
You can't talk no shit without penalties
Doja Cat - Paint The Town Red*

Quis escrever sobre a parte “suja” da minha experiência de vida homossexual. Assim o fiz.

O que acontece quando eu exponho minhas experiências sexuais num artigo científico? De que forma a minha escrita irá afetar quem lê-la? Quais serão as reações? Sensações? Incômodos? Tais interrogações me levam a pressupor que as opiniões e/ou interpretações para com o presente manuscrito poderão implicar em avaliações um tanto polarizadas: geográfico ou nada geográfico; empoderador ou nojento; criatividade ou promiscuidade, etc. Ciente disso, tomo coragem para não recuar e apagar tudo que escrevi.

Reconheço que a atitude e coragem em escrever sobre minhas práticas sexuais, ou melhor, minhas pegações, pode ser interpretada como um aproveitamento do privilégio que a minha posicionalidade na sociedade me oferece, afinal, sou um homem que nasceu em uma sociedade fundada no patriarcado e por demais sexista. Antes de me tornar nordestino e *bixa*, fui designado e socializado para agir e me sentir como homem num mundo de homens. Isso registrado, enfatizo que meus esforços se concentram em tentar apaziguar um mal-estar que deriva de afetos e desafetos interpessoais e profissionais, e que por isso, a masculinidade, a hombridade, é aqui debatida como discurso-efeito de poder (Foucault, 2015; Butler, 2003) em constante negociação/disputa.

Mesmo com todos esses riscos, assumo a escrita deste artigo para argumentar e defender minhas verdades. Assumo a escrita deste texto para relatar e descrever algumas situações e experiências sexuais que ocupam (também) a zona da imoralidade e da promiscuidade. Assumo

a escrita deste artigo diante de geógrafas feministas e geógrafos pó-feminismo que muito discutem sobre gênero e sexualidades, e pouco se preocupam em refletir sobre suas escritas colonizadas e colonizantes em parte pelo reedição de ideias e conceitos oriundos de autoras(es) brancas(os) do norte global, o que acaba por deixar em segundo plano as opressões sofridas por corpos e afetos racializados e que são tornados precários (Butler, 2006). Assumo a escrita deste artigo diante de homens geógrafos *gays* brancos que se mostram engajados e aliados com as Geografias feministas e das sexualidades, mas que pouco refletem sobre seus privilégios de raça e classe dentro e fora da academia, no interior da economia dos corpos e desejos, e nos espaços de circulação e socialização por demais classistas e racistas diante das *bixas* afeminadas, gordas, indígenas, PCD, ou no meu caso (e demais aliados), diante das *bixa*-pretas.

Utilizo o termo *bixa* como diferente do *gay*. No primeiro, enfatizo experiências de homens negros, efeminados (ou que não performam uma masculinidade hegemônica) e periféricos, enquanto que no segundo refiro-me a homens brancos, geralmente classe média-alta, e que correspondem ao padrão estético-corporal-perfomático da masculinidade hegemônica. Esta minha posição política-conceitual é justificada pela historicidade da terminologia e dos sentidos atribuídos aos marcadores. No Brasil, por exemplo, termos como *bixa*, *viado*, *boiola*, *marica*, foram comumente associados à corpos masculinos efeminados e racializados (Juliano, 2020; Pagnam, 2020) enquanto que o termo *gay* (sem tradução para o português), que foi importado do norte global após o movimento *gay* e lésbico de Stonewall em 1969 em Nova York, é comumente reivindicado e evocado por homossexuais brancos de classe média-alta e que atendem aos códigos heteronormativos com suas performances corporais e gestuais que retroalimentam o *status* da masculinidade hegemônico.

Faço da minha escrita um ato e posicionamento político de recusa e rasura para com as escritas higiênicas que alguns companheiros (e companheiras) costumeiramente fomentam em suas pesquisas e análises devido às razões várias que não me preocupam neste momento. O objetivo aqui é tentar responder às seguintes perguntas-guias: Quais as feridas que as geografias feministas e das sexualidades ainda não conseguiram cicatrizar? Como ressignificar nossas experiências afetivo-sexuais por demais íntimas e às vezes sujas de moralismo, julgamentos etc? Há uma geografia em nossos desejos, vontades e tesão? Quais as potências dos afetos de/entre *bixas*-pretas para renovação epistêmica das Geografias Feministas e das Sexualidades?

Meu alicerce metodológico foi cimentado com a pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), a revisão narrativa e as escrevivências (Evaristo, 2020). Minhas quatro paredes epistemológicas

foram erguidas com as contribuições dos Feminismos Negros, teorias *queer*, Geografias Feministas e das Sexualidades, enquanto meu teto empírico foi disposto com duas de minhas experiências afetivo-sexuais vividas neste ano de 2023. Ao final, espero tê-lo(a) (ex)incitado(a) sobre a delícia de experimentar uma escrita *queer*-geográfica e decolonial derivada do corpo a corpo, pele com pele, do desejo e do gozo como potências criativas.

O HOMEM-DEUS, A SUA OBRA MODERNA E A PROFANAÇÃO FEMINISTA-QUEER

Ainda que a ciência geográfica tenha sido secularmente pensada, escrita e mobilizada majoritariamente por mentes e mãos masculinas, os homens geógrafos pouco ou nada pensaram e escreveram sobre sua condição socioespacial e tempo-espacial, isso porque, a subjetividade masculina nunca foi tida como a *posteriori*, mas sim, a *priori*. Nesses termos, a Geografia (e as demais ciências) consiste numa obra do homem universal. O homem-deus. A entidade que tudo vê, tudo sabe, tudo revela. E entre tais revelações, o saber-fazer geográfico.

Esse *ethos* (e *logos*) foi posteriormente chamado de racionalismo científico por aqueles(as) que defendiam subjetividade científica, e de androcentrismo científico por aquelas(es) que não se sentiam contempladas pela ciência, eram excluídas, desconhecidas e por muitas vezes objetificadas. A saber, neste último caso, estou me referindo a ausência/apagamento da mulher na ciência, e conseqüentemente, a descaracterização da experiência histórica da mesma. Não somente a mulher. Para além do androcentrismo, o etnocentrismo científico que permitiu o epistemicídio para com os povos africanos, afrolatinos e povos indígenas, dentre outros povos, cuja cultura original é não hegemônica e eurocentrada. Também incluído neste ônus, o heteroterrorismo científico que propagou a patologização de vidas LGBTI+¹, etc.

Qualificar esse modo de fazer ciência como androcêntrico foi uma das táticas teórico-conceituais desenvolvidas pelas mulheres cientistas. As alianças entre essas mulheres derivaram o que hoje conhecemos como movimento feminista acadêmico. Deste, foram

¹Sigla referente às identidades sexuais e de gênero dissidentes, a saber, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, intersexos. Houve e há variações (GLS, LGBT, LGBTIA+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+) na escrita da sigla por se tratar de um projeto/programa organizado por coletivos e entidades políticas que com suas pautas e demandas propõem redefinições. Utilizo LGBTI+ em razão do meu posicionamento político-pessoal e identitário.

elaboradas e fomentadas as epistemologias feministas e/ou correntes feministas. A pluralidade de pensamento, teorias, conceitos se deu (dá) em razão de que, ainda que partilhem de um mesmo objetivo (emancipação político-científica das mulheres e grupos subalternos), as pautas e táticas utilizadas para tal projeto emancipatório se diferenciam entre si no que tange as vinculações e pressupostos filosóficos assumidos por cada uma.

[...] A intenção primeira das feministas é fazer a ciência mais acessível, capaz de incorporar mais grupos, passando a considerar as particularidades, os paradoxos, as contingências que fazem parte do grande e plural grupo humano. Não podemos falar em um único tipo de epistemologia feminista, assim como não podemos falar em um só feminismo, afinal, as mulheres são muitas e suas necessidades e especificidades, também. Desta forma, podemos observar que as epistemologias feministas estão em permanente diálogo com várias tradições da ciência (Williams, 2017, p. 7).

Com as epistemologias feministas foi possível recuperar a historicidade das experiências das mulheres, enquanto ser social e participante ativo das relações de produção do espaço (leia-se mundo do trabalho, arena política), bem como a historicidade das vidas racializadas (pelas feministas negras) que foram escritas pelas mãos do colonizador branco europeu (e as vezes da colonizadora branca europeia).

Outrossim, as populações dissidentes das normas de gênero e sexualidades também foram contempladas pelo movimento feminista acadêmico, quando da articulação deste com ativistas e pesquisadores(as) gays e lésbicas, e em coletivo engendraram um novo campo de estudos: as teorias *queer*.

A eclosão de ambos movimentos ocorreu inicialmente em cotidianos do norte global, o que significa dizer que a recepção e as repercussões dos mesmos nos movimentos sociais e na academia do então sul global não foi de todo fácil. Pelo contrário, disputas ocorreram (e ocorrem até hoje), bem como críticas foram encaminhadas, haja vista que, quando da tradução das agendas, dos fundamentos epistemológicos e ideológicos para as nossas culturas, para com nossos pares ativistas e intelectuais, para com os nossos estudos (artigos, teses e dissertações, etc) incorremos, por vezes, numa reprodução de pensamentos e escritas apartadas do nosso cotidiano, das nossas necessidades e narrativas locais. Constatamos, pois, que a colonialidade científica não foi totalmente superada.

Isso posto, cabe dizer que os primeiros germes (e traduções) do feminismo acadêmico no Brasil foram verificados em meio a conjuntura das revoltas estudantis da década de 1970,

marcada pelos ideais extremistas dos militares e do período de redemocratização do país, tendo como marco o documento da Constituição de 1988.

A recepção dos estudos feministas e das teorias *queer* do norte global por intelectuais do sul global se deu com bastante atenção e desconfiança. Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Heleieth Saffioti, Patrícia Galvão, Lourdes Bandeira, Mary Del Priore, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Heloisa de Hollanda e tantas outras mulheres ativistas, acadêmicas e não-acadêmicas, pavimentaram o percurso do feminismo brasileiro com questões, demandas, narrativas e experiências nacionais, regionais e locais sobre as mulheres brasileiras, as mulheres afrolatinas, as mulheres camponesas, as jovens mulheres, etc.

Com ênfase nos Feminismos Negros *aqui* germinados, a saber, a leitura crítica de Lélia Gonzalez (2020) fez a autora elaborar a chave conceitual de *amefricanidade*. Por sua vez, Conceição Evaristo (2020) desenvolveu uma alternativa de escrita fundada no que ela denominou de *escrevivência*, enquanto que Beatriz Nascimento (2021) convidou pesquisadoras/es negras/os a *aquilombar* suas experiências bem como suas formações intelectuais. O que essas três mulheres intelectuais partilham em comum é a racialidade. Mulheres negras, afrodescendentes e brasileiras, que de forma individual e coletiva, (re)escreveram a história das mulheres negras no Brasil.

A trajetória de seus estudos e diálogos com intelectuais negras(os) e vivências em cotidianos construídos por sujeitos e comunidades afrodescendentes, Lélia Gonzalez constatou similaridades e correspondências entre sistemas simbólicos-culturais (desde idiomas e flexões fonéticas, música, religiosidade, etc) que colocavam em xeque a suposta existência de uma “América Latina” e que desvela, na verdade, uma América Africana. Uma la(d)inidade em vez de latinidade. Povos e populações amefricanas em vez de latinoamericanas. Para promover essa transformação cultural-histórica foi necessário (e segue sendo) denunciar o epistemicídio que subjogou, negou e apagou toda e qualquer contribuição dos povos africanos na constituição daquilo que chamamos de cultura, identidade, nação etc. Apagamento esse que teve, inclusive, como suporte, a falácia da democracia racial como estratégia de mantermo-nos anestesiados perante a essa estrutura patriarcal-racista que utilizou os corpos negros como cimento dessa casa-grande chamada “América Latina”. Por isso, a *Amefricanidade* como tática de resistência, de resgate/recuperação ontológico e desconstrução dessa epistemologia historicamente racista.

No que tange a *escrevivência*, é preciso ter em conta que tal prática-conceito aponta para um problema epistemológico criado a mais de quinhentos anos. Quando do período

escravocrata, corpos e vozes foram tornados propriedades do branco todo poderoso transcendental. Corpos-máquinas e vozes-armas objetificadas e tornadas meios de produção, acúmulo de riqueza e manutenção da hierarquia de corpos. Passada a abolição do regime escravagista (em termos jurídicos), restou para tais corpos a tática de reivindicar a escrita, resistir no letramento antirracista e insubmisso, fazer da escrita uma arma de guerra, uma sirene de alerta, um farol que ilumina o percurso da libertação dos corpos das negras e dos negros antes condenadas(os) e capturada(os) pelo significante máximo do epistemicídio: *o outro*. Daí, a escrevivência tornada um modo de fazer que borra o cânone literário mas que não se limita a tal, por se tratar de um modo sentir, pensar, um *sentipensar*.

[...]. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

Orientada pelo negro intelectual-militante Abdias Nascimento (1914-2011), a proposta de aquilombar nossas práticas intelectuais conforme sugeriu Beatriz Nascimento (2021) deixa ver a importância de nós, negros(as), sujeitos pensantes e enquanto presenças no movimento negro e/ou na academia, devemos sempre que possível recusar a postura conformista e subserviente quando nos defrontamos com projetos-programas que tentam nos interditar e apartar daquilo que seria a ruína desse *modus operandi* científico-político: transformar as câmaras, as assembleias, as escolas, as universidades em quilombos. Aquilombar seria, pois, concluir a travessia, a diáspora: de negro-objeto para negro-sujeito.

As teorias *queer*, por sua vez, foram primeiramente lidas, discutidas e instrumentalizadas por pesquisadoras(es) da Educação e da Sociologia numa conjuntura pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que estabeleceu os Planos Nacionais Curriculares (PCN's), quais reconheceram a importância das pautas e questões relacionadas a

experiências de gênero e sexualidades em âmbito educacional, tanto na formação de professores/as, quanto na formação de educandos/as. Intelectuais como Guacira Louro, Berenice Bento, Leandro Colling, Richard Miskolci, Larissa Pelúcio, entre outras(os), foram os responsáveis por fomentar os estudos *queer* na academia brasileira.

Destaque para Larissa Pelúcio (2014), que foi uma das pesquisadoras que se preocuparam com a tradução direta das teorias *queer* para com o cotidiano científico sul-global, em especial, brasileiro. A socióloga branca-brasileira propôs uma reorientação teórico-metodológica quando considerou a prática de uma teoria *cu* e a ética de um fazer-saber *cu*. Isso porque, na geografia do mundo, nós, brasileiros(as), afro-latinos(as), sul-americanos(as) estamos situados(as), localizados(as) e condicionados(as) a viver e permanecer no *cu* do mundo. Esse *cu* do mundo que é constantemente penetrado pelas teorias, conceitos e metodologias do norte global, da elite branca científica, das geógrafas(os) e feministas por vezes classistas e iletradas(os) racialmente.

Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de usarmos o polidamente sonoro *queer*, nos assumimos como teóricas e teóricos *cu*. Falar em uma teoria *cu* é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gerar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (Pelúcio, 2014, p. 4).

Apresentado tais argumentos, tentarei aqui ensaiar uma geografia *cu*. Encaminhada a partir de um cotidiano sulista brasileiro do qual eu, uma *bixa*-preta, nordestina e pobre, tenho participado. Uma geografia, portanto, periférica, racializada, que é inscrita num corpo (no meu corpo) que se desloca do *cu* do Brasil (Nordeste) para o *falo* do mesmo (Sul) e a partir de então, este mesmo corpo passou a ser penetrado por racismos institucionais e sociais. Diante disso, enveredei-me por geografias da pegação, como experiência de fuga e apaziguamento de dores sentidas desde abril de 2023.

QUANDO A GEOGRAFIA SE PERCEBEU GENERIFICADA, SEXUALIZADA E RACIALIZADA

O título desta seção não tem a pretensão de tornar a Geografia uma entidade como

muitos pesquisadores homens-deus às vezes o fazem. Não foi a Geografia que se generificou, sexualizou e se racializou. Foram as geógrafas (e alguns geógrafos) que finalmente compreenderam que o trabalho científico que realizavam estava (e está) efetivamente condicionado pelas condições de sua experiência de vida, ou seja, o fato de serem mulheres colocavam-nas como secundárias e/ou coadjuvantes de uma ciência secularmente masculina e sexista. O fato de serem negras(os) tornavam-nas (e tornam-nas) vítimas do racismo institucional e acadêmico. O fato de serem lésbicas e *gays* impediam-nas (e impedem) de acessar certos espaços de debates, grupos de pesquisa, e quando não sofriam (e sofrem) homofobia por parte de seus colegas de profissão, das(os) estudantes etc.

É reconhecido que as questões de gênero na Geografia brasileira antecedem a insurgência das Geografias Feministas. A saber, os estudos de Rosa Ester Rossini, sobre a reprodução social do trabalho das mulheres camponesas, na década de 1980, são considerados pioneiros no que tange a abordagem de gênero em Geografia (Spitalere, 2014; Silva, 2020).

Foi somente no início dos anos 2000 (dois mil), com as pesquisas da geógrafa negra Maria Graças da Silva e das geógrafas brancas Joseli Maria Silva, Susana Veleza Silva, Maria Franco Garcia e outras que aberturas/rasuras teórico-metodológicas foram encaminhadas na Geografia brasileira. Foi nos anos dois mil que as Geografias Feministas e das Sexualidades de fato emergiram enquanto um campo de análise.

Os trabalhos das geógrafas mencionadas não só repercutiram e inspiraram outras mulheres geógrafas iniciantes, como foram convidativos para alguns homens geógrafos que se tornaram aliados e fomentadores de estudos de sexualidades e masculinidades, o que ampliou ainda mais o alcance das Geografias feministas e *queer* nacionalmente e internacionalmente. Geógrafos brancos como Miguel Ângelo Ribeiro, Benhur Costa e Marcio Ornat, e geógrafos negros como Alecsandro Ratts e Carlos Maia são os principais responsáveis por terem pavimentado as discussões sobre gênero, sexualidades, racialidades e masculinidades em/na Geografia brasileira, a partir de um sentir-pensar e pensar-escrever masculinos.

São várias as razões de aproximação de homens dos movimentos feministas e dos cientistas sociais de gênero. Alguns homens apontam a indignação que sentem frente à desigualdade que sofrem as mulheres. Outros revelam um sentimento de injustiça sofrida nas mãos de outros homens, como a opressão por orientação sexual. Há aqueles que apontam um sentimento de culpabilidade dos privilégios que têm consciência de desfrutar como homens, e outros, ainda apontam o horror frente à capacidade violenta dos homens [...] (Silva; Ornat, 2011, p. 34).

É significativa a contribuição de Alecsandro Ratts sobre os estudos de racialidades articulados com a questão de gênero para com as Geografias feministas, bem como a contribuição de Benhur Costa para com os estudos de masculinidades, homoerotismo e subversões em microterritórios formados por homens *gays*, *bixas* e homens que não se identificam como dissidentes sexuais, apesar de suas práticas homoafetivas. O primeiro, é um pesquisador *bixa*-preta. O segundo, um pesquisador *gay* branco. Mesmo com todo esforço destes companheiros em fomentar e difundir conhecimentos geográficos que podem nos servir como fundamentos teórico-metodológicos em nossas pesquisas, e principalmente, nos inspirar a construir uma trajetória científica autêntica e uma subjetividade intelectual fora de todos os armários possíveis, o que se observa é que os colegas geógrafos *gays* e *bixas* pouco leem Alecsandro Ratts e Benhur Costa. Dito isso, para os objetivos deste manuscrito, tentarei conjugar as ideias de ambos.

A tese *Por uma Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade* desenvolvida por Benhur Costa (2007), inaugurou na ciência geográfica, em especial na Geografia das Sexualidades, um novo percurso teórico-metodológico para se pesquisar masculinidades e práticas homoeróticas, por meio do então método microterritorial.

A produção do espaço urbano não se dá de forma homogênea, como tanto foi o interesse do projeto moderno de controle social, mas se estabelece por múltiplos processos de fragmentação relacional dos grupos humanos. A própria fragmentação relacional urbana produz e é produto de diferentes formas de apropriação espacial dos agregados sociais que constituem a cidade. Verificamos, a partir disso, a produção multiterritorial do espaço, na qual cada parcela apropriada do espaço se identifica como um microterritório em formação (Costa, 2007, p. 133).

Fundamentado nas ideias de autores brancos do norte global, como Michel Foucault, Erving Goffman, Carlos Fortuna, Anthony Giddens e Henri Lefebvre; e nos autores do sul global, como Milton Santos, Rogério Haesbaert, Paulo César Gomes, Nestor Perlongher, Luiz Mott e Gilberto Velho, Benhur Costa (2007) colocou em evidência os guetos, os becos, os parques, as boates vivenciadas, corporificadas, apropriadas, reivindicadas e microterritorializadas por homens *gays*, *bixas* e homens que não se identificam como dissidentes sexuais e as práticas homoeróticas de todos estes, num cotidiano porto-alegrense. Mostrou, pois,

para a comunidade geográfica a outra face do espaço e do cotidiano urbanos. O viver urbano sigiloso, do não dito, do não visto, do efêmero, do momentâneo, do fugaz e outras características que tornam as experiências destes sujeitos as mais geográficas possíveis. Por isso, a transgressão. Por isso, as brechas.

[...] A microterritorialização homoerótica, assim, é a dialética das relações entre normas e morais sociais, preceitos de convivências e espontaneidades individuais, ou seja, entre aquilo em que se determina socialmente, entre aquilo que se deseja em grupo de interação territorializada e a expressão espontânea dos desejos dos sujeitos (Costa, 2007, p. 351).

Posteriormente a esse trabalho, Benhur Costa deu início a um série de estudos locais e nacionais (Costa, 2012a; 2012b; 2017; 2020) sobre masculinidades e homoerotismo, bem como junto ao Laboratório de Espacialidades Urbanas (LabEU) fomentou e orientou (e orienta) pesquisas das mais distintas temáticas envolvendo gênero, sexualidades e racialidades.

Para o debate aqui proposto, empresto do pesquisador o artigo *Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica*, publicado no periódico Espaço e Cultura (Costa, 2010). O professor Benhur inicia o referido texto estabelecendo alguns pontos que nos auxiliam no entendimento do espaço social (Costa, 2007) adotado enquanto (i)materialidade e enquanto chave conceitual para compreender as dinâmicas das relações homoeróticas que resultam naquilo que identificou como microterritorialidades efêmeras e/ou momentâneas.

Os conteúdos que significam e constituem o espaço social, conceito este discutido em trabalho anterior (Costa, 2007), foram reformulados a partir da leitura de novos autores como Michel De Certeau, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Articulado a esta discussão conceitual, Benhur Costa (2010) retomou no artigo a noção de microterritorialização homoerótica enquanto fenômeno sociotemporalmente definido, enquanto prática individual e/ou coletiva, enquanto projeto de si:

[...] Este processo representa uma proposta de entendimento da relação sociedade-indivíduo-espaço, no qual as microterritorializações resultantes são “projetos” territoriais espontâneos de sujeitos homoeróticos em escala muito grande, mas que carregam, ao mesmo tempo, todo peso das determinações

sociais. Dessa forma, tais microterritorializações não constituem fronteiras definidas, sendo elas fluidas, e se apresentam pela apropriação tênue de partes do espaço social constituído (que se pretende homogêneo), alterando o uso e a representação desta parte, assim como construindo uma forma ou alterando a existente. A microterritorialização institui a relação sociedade-indivíduo-espaço e expressa a cultura ou as práticas – interações corporais (ações, gestos, condutas, jeitos e acessórios corporais) estabelecidas – e representações – ideias e identificações sobre o eu e os outros – dos sujeitos orientados para o mesmo sexo [...] (Costa, 2010, p. 27).

Para mais, no esforço de refinar a noção de microterritorialidade, o geógrafo reservou a maior parte do manuscrito para argumentar sobre como, quando e onde tais microterritorializações se efetivam, se fazem ou desfazem. Verificou, pois, 18 (dezoito) etapas e/ou condições que revelam o quão orgânico o espaço social vivido por tais sujeitos, pode ser.

[...] Tais microterritorializações são partes do espaço social como elementos de um sistema de interações entre outras partes e entre as condições de sociedade, comunidade, natureza, espaço e tempo. Elas dão forma às interações dos sujeitos e possibilitam suas existências. Os aprisiona (pois não fazem parte de um espaço social que se pretende unificado), pela negação a eles do espaço público, e os liberta (pois possibilita a construção de autenticidades que buscam o reconhecimento no espaço público). Na microterritorialização se produz/se transforma/se amplia, ou não, o contexto cultural dos sujeitos sociais (suas práticas e representações). Ao mesmo tempo, esta cultura envolve múltiplas existências em interação e, assim, ela tem uma relação com o acontecimento territorializado, ou seja, o espaço-tempo cultural, que é efêmero (Costa, 2010, p. 35).

As proposições elaboradas por Benhur Costa (2007; 2010) deixaram escapar os efeitos que as racialidades implicam quando do exercício da prática de pegação homoerótica. Isso porque, o mercado e a cultura *gay*, a que tanto se refere nos seus textos, não é acessível a todos homens *gays*. Homens gordos, PCD, indígenas e negros, quando *gays* ou *bixas*, são frequentemente apartados dos espaços de consumo e sociabilização *gay friendly*²; seus corpos não são atraentes o suficiente para os homens *gays* brancos, ainda mais se não correspondem ao padrão físico-estético e da masculinidade esperada. Em consequência disso, tais corpos indesejáveis encontram na prática de pegação a única possibilidade de experimentarem afeto,

² É um termo usado para referir-se a pessoas, lugares, instituições, agências e políticas que procuram ativamente a criação de um ambiente confortável para as pessoas LGBTI+. Todavia, muitos desses recursos e investimentos têm como objetivo promover o consumo, mercantilização e capitalização, o que quer dizer que acessar um espaço/lugar *gay-friendly* implica em muitos casos ter renda para tal.

sexo, enquanto os homens *gays* brancos, não somente são atraentes para o momento da pegação, quanto para estabelecer um relacionamento afetivo mais duradouro. Se acionarmos o recorte de classe, isso se torna ainda mais complexo, uma vez que é muito mais recorrente um homem *gay* pobre exercer a prática de pegação em locais públicos, do que o homem *gay* classe média-alta que dispõe do privilégio de escolher qual o local para transar com seu parceiro. Tais limitações me fizeram buscar outros trabalhos, na tentativa de encontrar argumentos que contemplassem o eixo raça-sexualidade-classe. Encaminhei, pois, uma leitura/escrita que se quer interseccional.

[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres [e homens], raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A leitura racial elaborada por Alecsandro Ratts para com a ciência geográfica se deu em meados da década de 1990, quando o pesquisador desenvolveu a dissertação intitulada *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará* (1996). Nesse mesmo período, o pesquisador Rafael Anjos também estava participando do debate étnico-racial na Geografia com estudos sobre os quilombos e a geografia histórica de África. Ambos intelectuais negros, redirecionaram o campo de estudos étnico-raciais em Geografia, qual vinha sendo escrito por mãos de geógrafos brancos (Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, Carlos Porto-Gonçalves), o que esbarrava em questões de caráter pessoal-identitário; estudos com fundamentos teóricos marxistas, e quando não, de cunho estatístico, sustentando assim uma Geografia das Populações étnico-raciais bastante insuficiente para dar conta de fenômenos como a luta pela racialização do trabalho, racismo ambiental, racialização da pobreza, etc.

Da atenção dada para as questões envolvendo a luta pela terra e autorrepresentação de quilombolas e indígenas, Alecsandro Ratts, em meados dos anos 2000 (dois mil), se aliou aos estudos de gênero em Geografia, e juntamente com Joseli Silva, Maria das Graças Silva, Benhur Costa e Marcio Ornat passou a compor a rede brasileira das Geografias Feministas e das Sexualidades. Contudo, diferente das(os) companheiras(os) que foram buscar as bases epistemológicas para suas pesquisas em autoras(es) do norte global, o geógrafo em destaque

reacendeu (muito em razão da sua formação em Antropologia Social) o pensamento de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, na agenda de pesquisas sobre gênero e racialidades.

Em especial a historiadora Beatriz Nascimento, uma mulher preta, nordestina e sergipana, foi quem inspirou o geógrafo no resgate do pensamento feminista negro, que por décadas ficou sob a sombra do epistemicídio acadêmico (inclusive, pelas próprias feministas acadêmicas brasileiras). Conseguiu, pois, através das obras “Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de vida de Beatriz Nascimento” (2007), “Uma história feita por mãos negras: relações sociais, quilombos e movimentos” (2021) e “O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa” (2022), recuperar a experiência histórica de Beatriz Nascimento, enquanto uma mulher, mãe, ativista e intelectual feminista negra e seu protagonismo único no que tange ao Movimento Negro do país, principalmente, a autorrepresentação das mulheres negras.

Alecsandro Ratts não somente se aliou às intelectuais negras mencionadas, mas construiu várias parcerias com seus pares, orientandos e orientandas de mestrado ou doutorado, dentre as quais, eu destaco a parceria do professor com a pesquisadora Lorena Souza (Souza; Ratts, 2008). Uma mulher negra que se engajou (engaja) com as Geografias Feministas e os Feminismos Negros para compreender as relações, as disputas, as espacialidades e as histórias de vidas construídas por estudantes e professoras(es) negras(os) em espaços educacionais (escolas e universidades) (Souza, 2017; 2018).

Feitas estas considerações, para os objetivos do presente manuscrito, me ative a outro texto do Alecsandro Ratts, intitulado *Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin: uma leitura brasileira* e que compôs o livro *Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais*, publicado originalmente no ano de 2011 (dois mil e onze) (Silva; Ornat; Chimin Junior, 2011). Fundamentado nas teorias de feministas negras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Patricia Collins e Angela Davis, Alecsandro Ratts (2011) efetivou uma análise geográfica das masculinidades negras e o homoerotismo (inter)racial, tendo como horizonte a narrativa/linguagem literária. Percorreu as obras ficcionais e não-ficcionais de James Baldwin, um escritor negro estadunidense, sexualmente dissidente, e que utilizou da escrita e de suas experiências pessoais para tratar de questões sobre as desigualdades socioespaciais para com a população negra nos Estados Unidos do século XX, a subalternização e/ou fetichização de corpos negros em relacionamentos

interraciais e os efeitos materiais e psicossociais sob a influência das intersecções de gênero-raça-sexualidade-classe.

Nos ensaios e romances de Baldwin o lugar do indivíduo (negro) na nação traz uma questão que é acompanhada de uma dimensão espacial explícita, que passa por locais como quartos, bairros, ruas, cidades e países. Sua insatisfação com o racismo, especialmente com a segregação racial e espacial, leva-o a um exílio voluntário em Paris, que reaparece particularmente nas trajetórias dos seus personagens. Por extensão, a leitura de Baldwin faz pensar nos espaços restritos das pessoas gays, neste caso dos homens negros, e nos seus lugares possíveis de vivência do afeto homoerótico, além dos quartos e do “armário”, muitas vezes sufocantes (Ratts, 2011, p. 262-263).

A última parte do artigo em questão é reservada para tratar da experiência do exílio em Paris, enfatizada nos romances e vivenciada pelo escritor. Para Ratts (2011), existe uma dinâmica espacial que é relacional e paradoxal, devido aos eixos gênero-raça-sexualidade-nacionalidade descritos e vividos por James Baldwin. A saber, o exílio para Paris (tanto em vida, quanto em ficção) representou para o escritor e suas personagens (o David em “O Quarto de Giovanni”, 2018) uma fuga para certos dilemas, como a segregação racial e/ou a opressão sexual nos Estados Unidos (especialmente em Nova York, cidade em que James Baldwin cresceu). No entanto, tal experiência de fuga implicou em outros processos de estranhamentos, constrangimento e/ou confinamento, por não estar em *casa*. Um paradoxo, pois.

O primeiro exílio para a França não implica apenas sair do país, é deixar o local da experiência vivida, da segregação racial. Tal deslocamento leva, na outra ponta, a uma situação de não se sentir em casa, de forma semelhante à de imigrantes e outros exilados oriundos de colônias francesas na África [...] (Ratts, 2011, p. 286).

As considerações de Alecsandro Ratts (2011) para com a experiência de vida de James Baldwin não se esgota nas páginas do artigo em questão, pelo contrário, trata-se de um argumento que muito revela sobre as experiências de vida de demais homens negros *gays* e *bixas*. Outrossim, uma realidade que persiste até hoje. Seja nos Estados Unidos, França ou num país de terceiro mundo, como o Brasil. *Aqui* no país da utópica democracia racial, nós, homens negros *gays*, ou como eu prefiro (auto)representar, *bixas* pretas, estamos constantemente nos

sentindo fora de casa, casa esta que pode ser a nossa família, escola, amigos(as), trabalho e/ou quando do relacionamento afetivo-sexual com um homem *gay* branco, por exemplo.

Para muitos de nós, *bixas* pretas, a possibilidade do exílio é inconcebível, irrealizável. E quando se dá, a depender do destino, é como se estivéssemos vivendo uma nova diáspora. No meu caso, a diáspora iniciou quando do meu deslocamento do Nordeste (Sergipe) para o Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), para cursar minha Graduação; e mais recentemente, do Centro-Oeste para Sul (Rio Grande do Sul), em razão do meu ingresso na Pós-Graduação. Tenho, pois, me confrontado, desde 2018 (dois mil e dezoito), com tal condição diaspórica inscrita na minha corporeidade negra, nordestina e pobre, e que tem sido significada em pólos: desejo ou repulsa, valorização ou descaracterização, reconhecimento ou invisibilização. Diante destes tenho usado o sexo como fuga.

AS BIXAS-PRETAS FODENDO NA GEOGRAFIA: PEGAÇÕES OU FUGAS?

*How my demons look
Now that you bitches shook?
Doja Cat - Demons*

Primeiramente, gostaria de solicitar a benção das minhas ancestrais afro-diaspóricas, transatlânticas, e em particular, o acolhimento intelectual de Conceição Evaristo (2020) para me nutrir de toda potência e energia emancipatória e decolonizante que a escrevivência possibilita. Inspiro-me nas escrevivências de tais corpos femininos racializados, insubmissos para gestar as minhas próprias escrevivências que de certo modo são parte desse movimento coletivo ancestral que contesta, grita e rasura: as *bixas* pretas existem e resistem.

Alguma manhã de abril de 2023.

“Estou aqui estudando na biblioteca da Universidade. Sigo com as leituras para a escrita do artigo que estou prestes a iniciar. Ontem falei com um rapaz no Grindr, que está no Doutorado. Estava na sala do lado. Disse-me que conhecia o professor que está me orientando e que gostava muito dele. Me convidou para tomar um café depois da aula. Aceitei o convite. A aula encerrou e logo em seguida começou a chover. Decidi não encontrar o rapaz e fui direto jantar no RU. Peguei o ônibus às 18:20. Cheguei molhado em casa. Hoje ele está online no

aplicativo. Será que me desculpo pela minha ausência ontem? Decido não me explicar. Acabei de receber uma mensagem de um rapaz que está aqui na Biblioteca Central, estudando no térreo. Trocamos algumas fotos de rosto (quando uso o aplicativo na Universidade, costumo não expor meu rosto no perfil). Ele reagiu perguntando se eu tava a fim de uma pegação. Disse-lhe que sim. Sugeri que fossemos no banheiro do andar de cima, onde não há muito movimento de estudantes. Estava sendo convidado para um banheirão! Fiquei nervoso, ao mesmo tempo excitado, com a possibilidade de me agarrar com alguém no banheiro da Universidade. Decidi arriscar. Combinamos o seguinte: ele vai ao banheiro primeiro e me espera no box, em seguida, eu vou e entro no box. Esperamos alguns minutos. Acabou de mandar mensagem dizendo que está me esperando no box do meio. Comecei a suar e fiquei excitado também. Escrevo que estou a caminho. Desço as escadas da área das cabines de estudo e sigo ao banheiro. Passo pelo saguão e observo alguns grupos estudando. Evito fazer contato visual e vou direto ao banheiro. Entro no box. Nos cumprimentamos. Começamos a nos beijar. Ele me toca e eu toco nele. Estamos muito excitados. Me pergunta se eu trouxe camisinha. Eu não trouxe. Me olha por um momento. Ele está com vontade e percebe que eu também. Sugere que façamos sem camisinha. Aceito. Estou com bastante tesão. Ele abaixa as calças e eu a minha. Começamos. O tesão misturado com adrenalina e medo de ser flagrado. Estamos sussurrando os gemidos. Alguém entra no banheiro. Paramos. Saiu. Continuamos. Depois de alguns minutos gozamos juntos. Vestimos nossas calças. Ele sai do box primeiro. Em seguida, eu saio. Nós lavamos nossas mãos, e despretensiosamente ele sai do banheiro. Depois eu. Volto para sala de estudo. Entro no aplicativo e trocamos algumas mensagens de como foi muito bom, adrenalina pura. Perguntou até que horas eu ficaria na Biblioteca. Disse-lhe até hora do jantar. E então pergunta se eu ia querer repetir a tarde. Respondi que sim. Percebo que ele não me disse seu nome, nem eu disse o meu”.

A experiência descrita sob o suporte teórico-conceitual do texto de Benhur Costa (2010) foge um pouco do previsto, uma vez que o autor não considerou os banheiros de Universidades e espaços educacionais, nos quais os homens gays e bixas, ao conviverem entre si, acabam também exercendo táticas de sedução para com possíveis parceiros afetivo-sexuais e efetivação do ato sexual. De todo modo, os fundamentos e as condições consideradas pelo pesquisador para emergência de um microterritório homoerótico se faz presente, uma vez que, em conversas com alguns universitários gays e bixas, por aplicativos de pegação como o Grindr, o banheiro

do segundo andar do respectivo prédio já é conhecido como um lugar propício e seguro para realização de pegação e sexo.

Outrossim, tanto os meus gestos e performances, quanto os gestos e performances do rapaz, expressam aquilo que o autor constatou que é o diálogo curto e objetivo, a troca rápida de olhares, o sussurrar, a constante atenção diante de algum flagra, principalmente durante o ato sexual (oral, anal). A adrenalina que nos causa uma confusão temporal: minutos que se estendem em horas, após o desejo saciado e gozo recíproco.

Por fim, para além do tesão sentido naquele dia, o motivo que me levou a aceitar/corresponder o interesse sexual do outro rapaz e a efetivação deste no banheiro da Universidade, refere-se (também) a uma curiosidade em experimentar aquilo que já ouvi em relatos de amigos *gays* e *bixas*, que já realizaram a prática do ‘banheirão’, as fantasias sexuais diante do meu consumo de pornografia caseira, em grupos do Telegram, bem como aquilo que li em textos do próprio professor Benhur e de outros pesquisadores(as) sobre masculinidades e homoerotismo.

Alguma manhã de agosto de 2023.

“Acordei sem vontade de ir à aula hoje. Não me sinto bem depois de tudo que aconteceu nesses últimos dias. Estou com raiva. Não quero ver e nem falar com ninguém hoje. Também estou ansioso por sexo. Ou seria compulsivo? Não transo há semanas. Minha libido baixou completamente devido ao meu emocional. Ontem à noite estava conversando com um cara que está numa cidade há 40 minutos daqui. Disse-me que mora em Criciúma-SC e que a cada três meses vem visitar a família aqui na cidade. Escreveu que ficou atraído por mim e ficou na dúvida se eu curtia caras mais velhos. Respondi que sim. Trocamos fotos, nudes e falamos algumas de nossas experiências sexuais. Disse-me que iria voltar para Criciúma-SC no dia seguinte, mas que queria muito me conhecer. Perguntou se eu morava perto da rodoviária aqui da cidade. Respondi que sim. E então me propôs uma pegação no banheiro da rodoviária, alegando-me que era tranquilo, que já tinha feito algumas vezes com outros caras. Na hora lembrei do meu professor, que já tinha me falado que nos banheiros da rodoviária acontece muita pegação. Menti dizendo que nunca tinha feito banheirão, mas que estava a fim. Combinamos então de nos falarmos nesta manhã e confirmar o horário do nosso encontro. Estou no uber, a caminho da rodoviária. Trouxe apenas gel. Acordamos de transar sem

camisinha. Chego na rodoviária primeiro que ele. Aviso no aplicativo que já cheguei e pergunto onde ele está. Diz que estava se despedindo da carona. Nos encontramos no saguão, nos cumprimentamos de mãos, e fomos até o banheiro do térreo. Chegamos no banheiro. Um funcionário está fazendo a limpeza do chão. Vamos no andar de cima. Subimos as escadas. Passamos por alguns passageiros/as que estão sentados esperando os seus respectivos ônibus. Evitamos fazer contato visual. Ele segue na minha frente e entra no banheiro. Eu entro em seguida. Aparentemente não há ninguém no banheiro e nem nos boxes. Escolhemos o primeiro box do canto direito da parede. Entramos, fechamos a porta, e começamos a nos beijar. O sexo durou uns 15 minutos. Gozamos juntos, ficamos em silêncio um tempo, para escutar se alguém tinha entrado no banheiro. Saímos do box juntos. Lavamos nossas mãos e nossos rostos. Me pergunta onde eu iria depois. Digo que vou almoçar na Universidade. Trocamos um abraço e um beijo rápido. Saio primeiro do banheiro”.

O sexo casual, seja este praticado em espaço privado ou público, como no caso descrito acima, para além da experiência do tesão e desejo, pode (também) ser entendido/interpretado como um tática de fuga. Fuga por motivações ou circunstâncias distintas. Ademais, importante registrar que a prática do sexo casual em espaços públicos pode ser efeito de uma compulsão por sexo em que a adrenalina e o medo de ser flagrado é inversamente proporcional ao tesão, ao desejo irrestrito. Tais processos não foram aprofundados no texto de Benhur Costa (2010), contudo, não deixa de ser indispensável para estudos futuros de outros(as) geógrafos(as) que se interessem pela questão apresentada.

Dito isso, o motivo pelo qual, eu, naquela manhã de agosto, decidi transar com o rapaz no banheiro da rodoviária da cidade, foi a fuga de circunstâncias que naquele momento eu não estava sabendo lidar. A saber, na semana anterior eu tinha sido demitido do meu emprego, no qual eu permaneci por 15 dias. Tratava-se de uma vaga de auxiliar de turma, numa escola de Ensino Infantil e Fundamental I da rede particular. Após uma semana de treinamento, a coordenadora disse-me que eu estava apto para seguir trabalhando na escola, contudo, no decorrer dos trâmites para assinar o contrato, na semana seguinte, fui chamado em sua sala. A mesma coordenadora, que antes tinha me elogiado, disse-me que infelizmente não podia me contratar, pois ainda que eu tivesse postura para turmas do Ensino Fundamental I, não tinha a mesma desenvoltura para trabalhar com as turmas do Ensino Infantil. Disse-lhe que estava tudo

bem e agradei a oportunidade. Em seguida, ela me perguntou: “*Você ainda está sem bolsa de mestrado, né?*” (Na entrevista para a vaga eu havia dito que não tinha garantido uma bolsa de mestrado e por isso estava à procura de conseguir emprego em alguma escola da cidade). Respondi que sim. Ela então respondeu: “*A minha filha tem um supermercado perto da Universidade, e está precisando de um caixa, quem sabe você passa lá para fazer um treinamento*”. Ao ouvir aquilo, as palavras para responder se evaporaram. Só acenava com a cabeça. Por dentro, uma raiva visceral.

A fala daquela mulher branca, sulista, de classe média foi como reforço e a materialização do racismo institucional³ que eu já vinha observando dentro do meu próprio Programa de Pós-Graduação. Não sou bom o suficiente para assumir uma turma de Ensino Infantil, mas sou o perfil ideal para um caixa de supermercado? Pergunto-lhes, pois, o que levou aquela mulher branca, na posição hierárquica, a pressupor que eu estava tão necessitado de emprego e renda que a fez oferecer uma “oportunidade” de emprego como caixa no supermercado de sua filha? Se eu fosse um homem (ou uma mulher) branco, gaúcho ela falaria a mesma coisa? Talvez falasse. Mas não face a face. Não sem o devido tato. Talvez falasse com sua filha sobre a dificuldade de outrem ou demais funcionários(as) da sua empresa que se pretende uma escola. Mas não iria constranger o branco ou a branca, como fez comigo.

A situação vivida na escola foi apenas a primeira de muitas que estavam por vir; do que eu iria presenciar (e venho presenciando desde então). Naquela tarde de agosto, entendi que, para determinadas pessoas, não importa a minha formação, meus conhecimentos, meu currículo, nem a minha experiência de vida. Diante de uma branca ou um branco, a minha racialidade (e em alguns casos, a minha regionalidade) será sempre o prelúdio da subordinação e servidão para com aquela/e, a(o) qual exigirá de mim o agradecimento pelas “oportunidades”.

Por tudo isso, o sexo como escape, fuga, anestésico. Por isso, a experiência do banheirão sem pudor, sem moralismo, nem da minha parte, nem do rapaz. A saber, os dois são brancos, e quando me viram nu, o elogio imediato foi direcionado ao meu pênis. O que também revela o racismo e fetiche que os brancos(as) há mais de quinhentos anos vêm reproduzindo, mesmo

³ Tendo em vista as ideias de Silvio Almeida (2019), entendemos por racismo institucional a imposição de regras e padrões racistas por parte das instituições. Tais processos são manobrados unicamente para preservar a ordem social vigente. Assim, quando enunciamos o racismo institucional contestamos a falácia de que o racismo só deriva efeitos em termos representação identitária (e que se assim o fosse, a representação por si só bastaria para solucionar tal regime).

após a abolição formal-jurídica do trabalho escravo e as políticas antirracistas previstas em leis. Mas isso é uma discussão para outro momento.

Por enquanto, fica aqui o meu registro e o convite especial às *bixas* pretas, periféricas, nordestinas, ativas e passivas, para rasurar, sujar e negrecer ainda mais a ciência geográfica, primordialmente, as Geografias Feministas e das Sexualidades. Endiabra-las com a nossa *bixisse*.

É no sentido de reconhecer a precariedade existencial da exclusão e ressignificá-la a partir da arte, que as *bixas*-pretas incorporam nos seus discursos políticos, pessoais e poéticos a redefinição da existência que lhe foi apontada. Se a sociedade nos aponta enquanto o diabo em forma de gente, assumamos então o protagonismo de definir o que é o diabo para nós [...] (Tavares; Oliveira, 2022, p. 197).

Se para tanto, não hesitem em descartar as traduções colonizantes. Se for o caso, não hesitem em recusar as teorias das/os geógrafas/os brancas/os (inclusive das feministas) do norte global. E se for necessário, não hesitem em apontar os privilégios de classe e os racismos que tais companheiras(os) pouco fazem para mudar dentro dos nossos coletivos de trabalho científico.

Enquanto o *ethos, logos e tópos* científico-político vigente não for de fato transformado, seguirei concordando com bell hooks (2019; 2023) e demais irmãs(os) intelectuais negras(os) de que, enquanto a supremacia branca na sociedade não for questionada pelas(os) feministas brancas, enquanto o pacto da branquitude (Bento, 2022) perpetuar no trabalho científico que se quer ativista, os Feminismos plurais e/ou Geografias Feministas plurais permanecerão na dimensão utópica.

CONSIDERAÇÃO FINAL

*I paid all my respect to those who taught me how to make it
And now I reap the benefits with no confrontation
Doja Cat - Attention*

Nós, ***bixas*-pretas** em diáspora, não iremos retornar para os porões.
Sejam estes quais forem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BALDWIN, James. **O quarto de Giovanni**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Traducción de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- COSTA, Benhur Costa. **Por uma Geografia do Cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2007.
- COSTA, Benhur Pinós. Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 25-37, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3540>. Acesso em: 9 set. 2023.
- COSTA, Benhur Pinós. Pequenas cidades e diversidades culturais no interior do estado do Rio Grande do Sul: o caso das microterritorializações homoeróticas em Santo Ângelo e Cruz Alta - RS. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 37-53, 2012a. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3232>. Acesso em: 6 set. 2023.
- COSTA, Benhur Pinós. Pequenas cidades e diversidades culturais no interior do estado do Rio Grande do Sul: o caso das microterritorializações homoeróticas de Santa Maria, Bagé, Alegrete, Uruguaiana e Itaqui. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 125-137, 2012b. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3233>. Acesso em: 6 set. 2023.
- COSTA, Benhur Pinós. Família e Espaço Geográfico: a Especificidade da Família Lavinsky em Vitória da Conquista -- BA. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 316--336, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10523>. Acesso em: 6 set. 2023.
- COSTA, Benhur Pinós. As geografias das constituições dos devires-expressivos das pessoas como diferenças: perspectivas da análise nas pesquisas em microterritorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 2, p. 90-114, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7884>. Acesso em: 6 set. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 mai. 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-45.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e Feminismo**. Tradução de Bhuvi Libaneo. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150>. Acesso: 11 ago. 2023.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. 210f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex. Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin: uma leitura brasileira. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 261-290.

RATTS, Alex. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

RATTS, Alex; NASCIMENTO, Beatriz. (Org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVA, Joseli Maria. ‘Relatos de si’: Eu, a Geografia e o indizível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 42, p. 173–189, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7888>. Acesso: 24 ago. 2023.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço e múltiplas masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 23-54.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 143-156, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4907>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na Geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Produção Acadêmica**, v. 2, n. 2, p. 04–19, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3120>. Acesso em: 9 set. 2023.

SOUZA, Lorena Francisco de. Estudantes africanos em universidades goianas: acordos de cooperação, migração e racismo. **Terra Livre**, v. 1, n. 48, p. 13–45, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1079>. Acesso em: 9 set. 2023.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica brasileira**. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014

TAVARES, André Luiz Bezerra; OLIVEIRA, Anita Loureiro de. De deslugarizada à endiabrada: discursos pessoais, políticos e poéticos acerca da preta-bixisse. **Revista Continentes**, v. 11, n. 21, p. 182-200. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/349>. Acesso em: 6 jul. 2023.

WILLIAMS, Priscila. Epistemologia e feminismo. **Revista Três Pontos**, v. 13, n. 1, p. 6-11, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3385>. Acesso em: 28 ago. 2023.